

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**BRENDA VITÓRIA SOARES DE AQUINO**

**DE PALÁCIO A MUSEU OLÍMPIO CAMPOS: HISTÓRIA DE SERGIPE E  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

**São Cristóvão- SE**

**2025.2**

**BRENDA VITÓRIA SOARES DE AQUINO**

**DE PALÁCIO A MUSEU OLÍMPIO CAMPOS: HISTÓRIA DE SERGIPE E  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Trabalho de conclusão de curso para  
obtenção do título de graduação em História  
apresentado pela Universidade Federal de  
Sergipe- UFS

Orientador: Prof. Dr. Claudefranklin  
Monteiro Santos

**São Cristóvão- SE**

**2025.2**

## **Agradecimentos**

Desejo expressar meus agradecimentos a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para que a minha trajetória acadêmica se tornasse uma busca prazerosa. Meu muito obrigado!

Aos meus pais, Karina e Bruno, pela educação que me proporcionaram e por todas as oportunidades e facilidades que, sobremaneira, foram fundamentais para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Gostaria de ressaltar minha eterna gratidão por vocês se preocuparem com o meu futuro e por ter confiado em mim todos estes anos de formação acadêmica que só acaba de iniciar, me aconselhando e dando força para prosseguir. Aos meus irmãos Pablo e Melissa, pela compreensão e amor demonstrado por todos esses anos, sua presença, incentivo e palavras de encorajamento foram fundamentais em diversos momentos da minha vida. A minha cunhada Priscila e Comadre Samara, por todo apoio e incentivo. Ao meu namorado Cauã, pelo apoio incondicional, compreensão e companheirismo ao longo de todo o meu percurso acadêmico.

Ao meu orientador Claudefranklin Monteiro Santos, por todo apoio que me ofereceu na realização deste estudo, sua dedicação, assim como seu entusiasmo científico que soube me transmitir durante toda orientação. Obrigado por ter confiado em mim desde o primeiro dia que entrei no laboratório e por compartilhar generosamente seus conhecimentos para a concretização deste trabalho, minha sincera gratidão.

Aos meus familiares, que estiveram presentes ao longo desta trajetória acadêmica de diferentes maneiras, seja por meio do apoio, da compreensão, das palavras de incentivo ou do cuidado cotidiano. Mesmo sem serem citados individualmente, cada gesto, conselho e demonstração de afeto contribuíram para que eu segue firme diante dos desafios, tornando possível a construção deste percurso e a conclusão deste trabalho.

Aos professores Pina, Jorge, Fernanda e Claudia pelas experiências compartilhadas, além da disponibilidade e atenção que têm me dado ao longo desses anos de vida acadêmica e escolar, sendo também fontes de inspiração fundamentais para a minha formação.

Aos amigos Jeniclecio e Camilly que apoiaram diretamente na realização deste estudo e pela ajuda inestimável.

A minhas amigas Lucilane, Adriadja, Antônia, Vitória por compartilhar seu apoio, sua amizade e por fazer parte da minha trajetória.

Agradeço a todos os alunos, técnicos, professores e funcionários da Universidade Federal de Sergipe que contribuíram de forma significativa para a minha formação acadêmica.

Ao Museu Palácio Olímpio Campos e a todos os seus funcionários, pela receptividade, apoio e colaboração ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, bem como pela oportunidade de atuar profissionalmente nesse espaço. A vivência no museu possibilitou aprendizados significativos, o contato direto com o patrimônio histórico-cultural e contribuiu de forma decisiva para o meu crescimento acadêmico e profissional.

A Deus, por sua infinita bondade e presença constante em minha vida, por me conceder força, sabedoria, paciência e perseverança ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Foi por meio da fé, da esperança e da confiança em seus propósitos que consegui superar os desafios, manter-me firme diante das dificuldades e alcançar a conclusão deste trabalho, que representa não apenas uma conquista acadêmica, mas também um crescimento pessoal e espiritual.

A todos que caminharam comigo ao longo desta jornada, direta ou indiretamente, deixo registrada minha profunda gratidão.

**Resumo**

O presente trabalho busca analisar como a história desempenha um papel crucial na preservação cultural e patrimonial no Estado de Sergipe, tendo como mote de análise o Palácio Museu Olímpio Campos como um significativo expoente de salvaguarda da memória e dos bens culturais sergipanos, um edifício do século XIX, que foi a antiga sede do governo do Estado de Sergipe, inaugurado como museu em 21 de maio de 2010. Analisaremos este processo de proteção do patrimônio cultural e de valorização da histórica por meio de exemplos concretos e bem-sucedidos de uso da metodologia da Educação Patrimonial.

Palavras Chave: Museu Palácio Olímpio Campos- História de Sergipe- Educação Patrimonial

**Abstract**

The present work seeks to analyze how history plays a crucial role in cultural and heritage preservation in the State of Sergipe, having as its analytical focus the Olímpio Campos Palace Museum as a significant example of safeguarding memory and Sergipe's cultural assets, a nineteenth-century building that formerly served as the seat of the government of the State of Sergipe and was inaugurated as a museum on May 21, 2010. We will analyze this process of protecting cultural heritage and valuing history through concrete and successful examples of the use of the methodology of Heritage Education.

Keywords: Olímpio Campos Palace Museum – History of Sergipe – Heritage Education

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>Palácio Olímpio Campos e a História de Sergipe.....</b>	<b>9</b>
<b>Museu Palácio Olímpio Campos.....</b>	<b>14</b>
<b>O museu Palácio olímpio Campos e a Educação Patrimonial.....</b>	<b>19</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>24</b>
<b>Referências.....</b>	<b>26</b>

## **Apresentação**

Este artigo tem como objeto de pesquisa o Museu Palácio Olímpio Campos, analisado enquanto espaço de preservação, valorização e difusão do patrimônio histórico-cultural, bem como ambiente educativo voltado para a aplicação da educação patrimonial no ensino e na aprendizagem da História de Sergipe. Inserido no contexto da história política e cultural sergipana, o museu configura-se como um importante local de memória, capaz de articular passado e presente por meio de seu acervo, de suas narrativas e de suas práticas educativas.

O interesse por essa temática surge a partir da compreensão de que o ensino de História, quando associado ao patrimônio cultural, possibilita aprendizagens mais significativas e contextualizadas. A experiência vivenciada no espaço museológico como monitora despertou interesse acerca do papel dos museus enquanto ferramenta de ensino e preservação, assumindo uma dimensão pedagógica fundamental para a formação histórica. Dessa forma, o museu passa a ser entendido como uma extensão da sala de aula, especialmente no que se refere ao ensino da história local.

A escolha do Museu Palácio Olímpio Campos justifica-se por sua relevância histórica, simbólica e educativa para o estado de Sergipe. O edifício, datado do século XIX e antiga sede do governo estadual, abriga um acervo que possibilita a compreensão dos processos históricos, políticos e sociais que marcaram a formação da história política sergipana. Além disso, o museu desenvolve práticas educativas baseadas na mediação cultural e na contextualização histórica, o que o torna um espaço privilegiado para a aplicação da metodologia da educação patrimonial.

Entre as principais contribuições deste trabalho, destaca-se a análise da transformação do palácio como museu e como se transforma como instrumento pedagógico para o ensino de História, evidenciando como a educação patrimonial pode favorecer a valorização do patrimônio cultural, o fortalecimento da memória coletiva e a construção do sentimento de pertencimento. Ao abordar a história de Sergipe a partir de elementos concretos, como objetos, documentos e espaços históricos, o estudo contribui para reflexões sobre novas possibilidades metodológicas no ensino de História, sobretudo no âmbito da educação não formal.

No que se refere aos conceitos fundamentais que orientam esta pesquisa, destacam-se as noções de musealização, patrimônio cultural, memória, identidade e educação patrimonial. Tais conceitos são discutidos a partir de referências teóricas da área da História, da Educação e da Museologia, dialogando com autores que problematizam o papel do patrimônio no processo educativo e a função social dos museus. As fontes utilizadas incluem observações realizadas durante visitas ao museu durante a atuação como monitora, depoimentos de profissionais e ex-profissionais envolvidos nas atividades educativas, bem como análise do acervo e da organização expositiva.

Quanto à estrutura do trabalho, este encontra-se organizado em partes/capítulos que dialogam entre si. Inicialmente, apresenta-se uma discussão teórica acerca da educação patrimonial e de sua relação com o ensino de História. Em seguida, aborda-se o museu como espaço de educação não formal, destacando seu papel na mediação do conhecimento histórico. Posteriormente, analisa-se o Museu Palácio Olímpio Campos como estudo de caso, relacionando teoria e prática a partir da experiência vivenciada no espaço museológico. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais se retomam os principais resultados da pesquisa e se apontam possíveis desdobramentos para estudos futuros.

Assim, no primeiro capítulo contextualiza a formação histórica do Estado de Sergipe, a partir da análise dos principais processos sociais, políticos, econômicos e culturais que marcaram sua constituição ao longo do tempo. Essa contextualização tem como finalidade oferecer uma base interpretativa para a compreensão do patrimônio cultural sergipano, permitindo ao leitor reconhecer como tais processos históricos influenciaram a construção da identidade local e a valorização da memória coletiva. Além disso, esse percurso histórico possibilita compreender de que maneira os espaços de memória, como os museus, se estruturam enquanto instrumentos de preservação e mediação do conhecimento histórico.

No segundo capítulo, é apresentada a trajetória histórica e institucional do Museu Palácio Olímpio Campos, abordando suas transformações ao longo do tempo, desde sua função como sede administrativa do Estado de Sergipe até sua consolidação como espaço museológico. Discute-se o processo de tombamento do edifício enquanto patrimônio histórico e cultural, bem como sua conversão em museu, destacando a importância das políticas públicas, da legislação museológica e do plano museológico para a preservação da memória e da identidade cultural sergipana. Além disso, o capítulo analisa o papel educativo do museu, com ênfase na educação patrimonial, na organização expográfica e na musealização do acervo,

evidenciando o museu como espaço de mediação do conhecimento histórico e de valorização do patrimônio cultural.

No terceiro capítulo, é abordado o papel do Museu Palácio Olímpio Campos enquanto espaço de educação patrimonial, destacando suas práticas educativas, a mediação realizada pelos monitores e a organização do roteiro de visitação. O capítulo evidencia como o museu vai além de um espaço de exposi o, funcionando como instrumento pedagógico capaz de aproximar o público da história, da cultura e da identidade sergipana. Serão discutidos aspectos relacionados   musealiza o do acervo,   expografia temática e   utiliza o de recursos históricos e culturais que possibilitam aos visitantes experiências de aprendizagem significativas, reflexivas e contextualizadas. Além disso, o capítulo destaca a importância da monitoria como prática educativa essencial para a democratiza o do acesso ao conhecimento, estimulando a valoriza o do patrimônio, o senso de pertencimento e a preserva o da memória coletiva, consolidando o museu como um espaço estratégico para o ensino e difusão da história de Sergipe.

Dessa forma, ao analisar o contexto histórico de Sergipe, a trajetória do Palácio Olímpio Campos e sua transforma o em espaço museológico, bem como as práticas de educa o patrimonial desenvolvidas no museu, torna-se evidente a relevância do estudo para compreender como a preserva o do patrimônio cultural contribui para a constru o da memória coletiva e para o ensino da história local.

### **Palácio Olímpio Campos e a História de Sergipe**

A compreensão da história do Palácio Olímpio Campos exige, inicialmente, a análise do processo de forma o histórica e política do Estado sergipano, uma vez que o edifício está diretamente ligado   consolida o do poder provincial e   transferência da capital. A escolha de uma nova capital não representou uma simples mudança territorial, mas evidenciou a rela o entre o território e o poder, contribuindo para a afirma o da autonomia política do Estado.

Logo com a chegada dos portugueses, o território sergipano era habitado por diferentes povos indígenas, entre eles os tupinambás, xoc s e caet s. Contudo, com a coloniza o extremamente violenta liderada por Cristóvão de Barros, por volta de 1550-1551, nas terras sergipanas, em dominar a região, os colonizadores portugueses utilizaram forças militares para enfrentar os povos indígenas, assim derrotando e os escravizando. Esse

processo torna evidente o caráter colonizador, e durante a colonização Sergipe ainda era uma capitania subordinada à Bahia de Todos os Santos, ou seja, não tinha autonomia própria pois dependia politicamente e administrativamente de outra capitania que no caso era a Bahia, assim sendo uma extensão do território baiano.

A colonização portuguesa resultou na formação da vila que deu origem à cidade de São Cristóvão, consolidada durante o processo de povoamento colonial no reinado de Felipe II, destaca o papel de Cristóvão de Barros na organização do território após sua vitória no confronto entre os indígenas. A colonização começou a se estruturar por meio da construção de fortificações, da influência da Igreja e da distribuição de terras, elementos que marcaram o início da ocupação portuguesa em Sergipe.

Por ter sido vitorioso, Cristóvão de Barros recebeu as terras, construiu um forte e uma capela, dividiu as terras entre amigos e familiares e, por influência da igreja, denominou a povoação conhecida como Vila Nossa Senhora da Vitória. Posteriormente, contudo, em sua homenagem, essa vila foi batizada com o santo que leva o seu nome, São Cristóvão, sendo ela a primeira capital de Sergipe ( SANTOS, 2015, p. 38)

Na sequência, São Cristóvão foi fundada em 1590 por Cristóvão de Barros, uma das cidades mais antigas do estado e nomeada a primeira capital de Sergipe, se tornou centro administrativo e comercial, desempenhando papel estratégico para colonização e controle político e econômico da região, com a agricultura como principal atividade econômica., mas com o decorrer do tempo São Cristóvão vinha sofrendo economicamente, com o setor açucareiro em crise e diante das diversas tentativas fracassadas de solucionar os problemas, tornou-se necessário buscar alternativas para impulsionar a economia.

Com isso, a expansão do comércio marítimo parecia como uma das principais soluções, o que reforçou a necessidade de transferir a sede da capital para uma região mais favorável ao desenvolvimento econômico e à comunicação com outras províncias brasileiras. Ao mesmo tempo que o Brasil passava por grandes transformações, emergindo na necessidade de uma identidade moderna, dando espaço ao surgimento de novas cidades planejadas e a capital aracajuana também surge a partir dessa necessidade, a cidade já não era apenas vista como um local de moradia, mas também como um centro político e cultural do Estado.

Vale destacar que em 1820, com o decreto assinado por Dom João VI, Sergipe deixou de ser subordinado à Bahia de Todos os Santos e passou a constituir uma província independente. Essa mudança representou um marco importante na história sergipana, pois

permitiu maior autonomia administrativa, política e econômica. A partir desse momento, Sergipe pôde organizar sua própria gestão provincial, desenvolver sua economia e estruturas institucionais próprias, consolidando-se como uma unidade administrativa distinta dentro do território brasileiro.

Com a economia de São Cristóvão em decadência, ocorre que no dia 17 de março de 1855 a capital foi oficialmente transferida:

O ato da transferência da capital sergipana, realizado pelo Presidente Inácio Barbosa, foi uma ação de muita coragem. Ele enfrentou muitos desafios. Moveu-se politicamente na Assembleia Provincial sergipana, enfrentou a falta de recursos financeiros dessa capitania, teve que superar os problemas advindos das condições geográficas, dos surtos de epidemias, entre outros problemas. (SOUSA, 2013, p. 3)

A transferência de São Cristóvão para Aracaju, torna-se um símbolo de desenvolvimento e com isso rompe com a antiga imagem colonial, essa transferência se tornou um novo marco e ideia de progresso, isso foi possível durante o governo provincial de Inácio Joaquim Barbosa, que idealizou e acompanhou todo processo de transferência da nova sede administrativa. O presidente de província Inácio Joaquim Barbosa faleceu durante os primeiros anos de formação da nova capital, “vítima de uma epidemia de cólera- morbus, que matou milhares de pessoas” (Ramos, 2022, p. 10), fruto da insalubridade higiênica da cidade que proliferavam doenças, já inicialmente não se tinha um sistema de tratamento de dejetos.

A transferência da nova capital agora que se encontrava próxima ao rio Cotinguiba (Sergipe), rio que possibilitou a expansão da economia marítima e a construção do porto marítimo, sua localização se encontrava na região do povoado Santo Antônio do Aracaju. Passou a ser uma das primeiras cidades planejadas do país, ou seja, se tornou uma cidade projetada por um plano urbano, o responsável é Sebastião José Basílio Pirro, foi um político e engenheiro militar, ficou responsável por elaborar o projeto da construção da nova capital sergipana, projeto o qual se torna muito apreciado nos tempos atuais, a capital traz consigo uma arquitetura no formato de tabuleiro.

Mas o processo de habitar a região aracajuana não foi tão simples, sendo uma região íngreme e arenosa, com morros, áreas pantanosas que colaboraram com a disseminação de doenças, ou seja, houve um surto epidêmico no início da trajetória da cidade, Esse cenário dificultou a adaptação dos primeiros moradores e representou um grande desafio para as autoridades provinciais, que precisaram investir em melhorias urbanas, saneamento básico e obras de drenagem para tornar o novo espaço habitável. Ainda assim, esses obstáculos não

impediram o desenvolvimento da capital, que gradualmente se consolidou como centro administrativo e econômico de Sergipe.

Após dois anos da transferência da capital, a estrutura arquitetônica conhecida como Pirro começou a ganhar forma, com ruas retas e largas que se cruzam entre si, priorizando uma área de planície, que atualmente conhecemos como centro histórico de Aracaju. Foi neste local que foram dados os primeiros passos da capital sergipana. Esse planejamento conferiu à cidade uma imagem de organização e modernidade para a época, as quadras projetadas por Pirro estendiam-se da atual Praça General Valadão até a Avenida Barão de Maruim, no sentido norte-sul, e da Avenida Rio Branco até a Rua Dom Bosco, no sentido Leste-Oeste, esse projeto tinha suas origens (Inspiração) da França.

Com a transferência da capital, tornou-se necessário estabelecer também uma sede administrativa em Aracaju, a qual já estava sendo planejada durante o governo de Dr. Salvador Correia Sá, em 1856. Assim, em 1859 foi iniciada a construção do novo edifício provincial. Durante as obras, o projeto arquitetônico do palácio passou por uma transformação na qual se tornaria também em residência oficial dos presidentes da província no mesmo prédio, tanto por questões de segurança quanto para evitar o deslocamento constante entre a moradia que ficava localizada em São Cristóvão para a nova sede administrativa, garantindo maior eficiência e segurança no funcionamento do governo provincial de Sergipe.

A inauguração do palácio ocorreu em 1863, durante a presidência provincial de Joaquim de Mendonça, sua construção estendeu-se por aproximadamente 4 anos e o edifício foi construído com pedra e cal, possui dois pavimentos, foi projetado propositalmente para o leste, de modo a aproveitar deliberadamente a vista para o rio Cotinguiba (atual rio Sergipe). Sua arquitetura apresenta características do neoclassicismo, inspirado na estética da antiguidade greco-romana, combinadas com elementos decorativos do barroco e do rococó, um estilo largamente adotado na época para sedes governamentais, por transmitir prestígio, ordem e autoridade.

Nesse contexto, o Palácio do Governo de Sergipe ultrapassa sua função administrativa, assumindo também um importante papel simbólico na história do Estado. Enquanto antiga sede do governo provincial e, posteriormente, estadual, o edifício tornou-se o principal espaço das decisões políticas e administrativas que influenciaram diretamente os rumos da sociedade sergipana, reforçando também o projeto de modernização do território, consolidando Aracaju como centro político e administrativo do Estado.

A arquitetura do palácio, marcada pela imponência e exaltando características culturais, expressava valores ligados ao poder, à autoridade e à organização do Estado. Dessa forma, o edifício não representava apenas um espaço físico de funcionamento governamental, mas também um símbolo da presença do poder público, contribuindo para a formação da identidade urbana e histórica, tornando-se um marco da memória política local.

E após cinquenta e cinco anos, o palácio passa pela primeira e grande reforma conhecida como a Missão Italiana em 1918-1920, onde essa reforma arquitetônica modifica a característica original do palácio, o neoclassicismo, traço do período imperial, dando espaço para uma arquitetura eclética que traz uma mistura de símbolos e elementos. A missão Italiana que veio para Sergipe durante o governo do General Joaquim Pereira Lobo, foi realizada pelos artistas italiano Belando Belandi, Oreste Celli, Bruno Celli, Orestes Gatti, Fiori e Pascoal del Chirico. Uma obra que marcou e representou um avanço significativo na modernização do edifício, reforçando sua importância como referência artística e administrativa do estado.

Essa mudança do palácio foi fruto do desejo de trazer novos elementos e novos valores arquitetônicos e restaurar o edifício, além de proporcionar festas para comemorar o primeiro centenário da independência de Sergipe que ocorre em 1920, em sua fachada “foi trabalho de Oresti Celli, que segundo Frederico Gentil, se inspirou em um palácio de Florença” (Cruz, 2016, p. 73). Além de Sergipe, a missão Italiana teve passagem na capital paulista para modernizá-la e também em Salvador, a missão italiana não ficou apenas restrita ao palácio, outros prédios públicos e residências particulares passaram pela remodelação da missão italiana.

Uma segunda reforma considerada importante ocorreu durante o governo de Leandro Maciel, entre 1955 e 1959. Nesse período, foram colocadas no hall de entrada do Palácio duas grandes pinturas de Jordão de Oliveira, representando duas importantes economias sergipanas da época. Além disso, realizaram-se outras alterações estruturais, como a instalação de paredes divisórias e a substituição do piso térreo, que deixou de ser composto por lajotas de madeira e passou a ser revestido por mármore branco, conferindo ao edifício uma aparência mais moderna e sofisticada.

O palácio também exerceu a função de residência como oficial dos presidentes da província e, posteriormente, dos governadores do Estado, especialmente no pavimento superior do edifício, sendo o último a ocupar foi o ex-governador Antônio Valadares. Esse

feito reforçava a centralização do poder, ao unir em um mesmo espaço a vida administrativa e a vida privada dessas autoridades políticas.

E em 12 de julho de 1954, o palácio passa a ser nomeado como Olímpio Campos, durante o governo de Arnaldo Garcez, de acordo com a lei nº 575, essa mudança surgiu a partir do desejo e admiração do governador da época, então foi tomada a decisão de homenagear o ex-presidente de estado Olímpio Souza Campos, que atuou como monsenhor da igreja católica, jornalista, professor e político.

O palácio pode ser compreendido como um “lugar de poder”, no qual a arquitetura, a ocupação e o uso cotidiano contribuíram para a construção de significados políticos. Assim, o edifício não representa apenas um marco urbano, mas um espaço onde se expressam as relações de dominação, representação e memória política do Estado de Sergipe. Além disso, é concebido como um lugar de memória, no qual se fortalecem a preservação da história e dos acontecimentos políticos em seus aspectos materiais, simbólicos e funcionais. Ao longo de sua trajetória abrigou políticos durante o período da província, a velha e a nova república. O palácio constitui um importante patrimônio público sergipano, por expressar as lembranças e os registros do passado histórico e político do Estado.

### **Museu Palácio Olímpio Campos**

Funcionou como sede administrativa do Estado de Sergipe desde 1863, o palácio passou, ao longo de 132 anos, por diversas transformações e carrega consigo momentos marcantes que ficaram registrados na história do lugar. Trata-se de um espaço que testemunhou grandes decisões políticas e importantes celebrações, reunindo beleza e diversidade em sua estética eclética. Além disso, o edifício também abrigou a residência oficial dos governadores, localizada no pavimento superior.

Em 1985, o palácio passa pelo processo de tombamento, sendo assim reconhecido oficialmente como patrimônio histórico e cultural. É um processo importante que garante proteção legal ao edifício, impedindo alterações que descaracterizem suas características arquitetônicas originais e garantindo assim sua preservação para futuras gerações. O tombamento é um instrumento de preservação histórica seja material e imaterial, tendo sua finalidade e importância na preservação da memória seja ela coletiva .

Portanto, o tombamento reforçou a importância do palácio como símbolo da memória política, administrativa e cultural de Sergipe, consolidando-o como um dos mais

relevantes bens do patrimônio histórico estadual. Dessa forma, o tombamento contribui não apenas para a proteção física do imóvel, mas também para o fortalecimento da memória coletiva e da identidade cultural da sociedade, permitindo que o palácio continue a exercer um papel educativo e cultural para a população.

Funcionou como sede administrativa do Estado até 1995, durante o governo de Albano Franco, quando suas atividades administrativas foram transferidas para o edifício atualmente conhecido como Palácio dos Despachos, denominado Palácio Governador Augusto Franco. O prédio que hoje abriga a sede do governo estadual foi inaugurado em 1985 e, inicialmente, sediou a Previdência dos Funcionários do BNH (Banco Nacional da Habitação), instituição que encerrou suas atividades em 1986. Posteriormente, o edifício passou a ser ocupado pela Caixa Econômica Federal, permanecendo nessa função até 1995. Nesse mesmo ano, já no primeiro mandato de Albano Franco, o Estado passou a alugar o imóvel da PREVHAB, consolidando-o como sede do Poder Executivo estadual.

Desde a transferência administrativa do governo estadual, as atividades que ocorriam no palácio Olímpio Campos foram encerradas, seu espaço acabou sendo pouco utilizado, apenas para eventos ou reunião e fechado por quase 15 anos. Diante dessas transformações, o edifício passa a reunir as condições necessárias para sua conversão em espaço museológico, assumindo um papel voltado à preservação da memória, à educação e à valorização do patrimônio cultural sergipano.

Em 2007, foi sancionada a Lei Estadual nº 6.874 sobre a gestão do governador Marcelo Déda, aprovada pela assembleia legislativa. Esta lei marca a transformação do Palácio como museu, com isso, é definido finalidades, competências, estrutura administrativa e diretrizes de funcionamento alinhadas ao Estatuto Nacional dos Museus (Lei Federal nº 11.904/2009). A organização interna prevista, com diretorias e coordenadorias específicas, bem como a exigência de elaboração de um Plano Museológico participativo, reforça a compreensão do museu como instituição dinâmica, comprometida com o acesso público, a educação patrimonial e o desenvolvimento social.

O plano museológico é fundamental para a coordenação e organização do espaço, assim, garantindo as atribuições a serem adotadas e exploradas, definindo sua missão e função na sociedade, também é essencial para que o museu cumpra seu papel como espaço de preservação, educação, reflexão e construção de identidade cultural. De acordo com o Artigo 24. Além disso, a legislação prevê a realização de atividades educativas, exposições e eventos

culturais voltados à comunidade, essa lei foi criada pelo Governador Marcelo Déda, que veio a falecer em 2013.

Art. 24. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do Palácio-Museu Olímpio Campos na sociedade. (Lei 6.874, 2007).

Além de atribuir o plano museológico, é importante salientar como funciona a musealização. De acordo com Bruno Melo e Marcus Granat (2017, p. 243) “O conceito de musealização abarca um processo de transformação de um objeto em objeto de museu, no qual, por meio de um conjunto de procedimentos, o objeto é transposto de um circuito funcional original, passando nesse outro ambiente, a incorporar novos sentidos e significados em que o simbólico se torna característica primordial”. Compreendesse que o objeto que passa pela transformação de musealização ganha uns novos significados, passa a ser valorizado não mais pelo que é, mas pelo que ele representa historicamente.

Durante o Governo de Albano Franco iniciou-se a terceira grande reforma do palácio, com a colocação de tapumes, mas com a transferência administrativa que passou para o Palácio dos Despachos e assim as obras foram descontinuadas e o edifício fechado e assim ficou após novos governos. Com a aprovação da lei recreativa que define o palácio como espaço museológico. Nesse período foi iniciada e também continuidade a restauração de pinturas da missão italiana e o resgate das cores originais das paredes, restauração da mobília antiga, assim como a restauração de quadros antigos, reparo das estruturas do edifício como corrimão e forro. Essa reforma interna e externa foi muito importante para garantir o resgate da memória do palácio, além da preservação e reforçar a importância histórica e cultural.

Após quatro anos de restauração, sua inauguração aconteceu no ano de 2010, e com a lei nº 6.874 o palácio passa a se chamar Palácio Museu Olímpio Campos, em 11 de janeiro do mesmo ano. O papel do governador Marcelo Déda foi bastante pertinente como é descrito “Sempre com a vigilância constante do Governador, que solicitou à empresa responsável pela restauração que a mesma segue as características da década de 20, quando a missão Italiana esteve realizando interferências artísticas no prédio” (Ramos, 2022, p. 5). Essa postura evidencia o papel do poder público em valorizar e preservar o patrimônio cultural, demonstrando que decisões políticas comprometidas com a memória e a identidade coletiva

são fundamentais para a conservação de bens históricos e para sua ressignificação como espaços de educação.

Um dos principais objetivos do espaço enquanto museu não é ser apenas um local de contemplação ou simples visualização de acervos desprovidos de contexto histórico. Pelo contrário, o Palácio Museu se configura como um espaço voltado à mediação do conhecimento, à interpretação histórica de maneira simples e com uma linguagem fácil, e à construção de sentidos, tendo como foco a aprendizagem do espaço histórico. Dessa forma, o museu assume um papel educativo, atuando como ambiente de educação patrimonial, no qual o público é convidado a refletir sobre a história, a cultura e a identidade, estabelecendo uma relação ativa e crítica com o patrimônio preservado.

A educação patrimonial é essencial, dentre tantas concepções, pode ser considerada “como ferramenta didática em prol da preservação do patrimônio” (Maia, 2024, p. 20). Portanto, desempenha um papel educacional em promover conhecimento acerca dos bens históricos e culturais, ajudando as pessoas a compreender e valorizar o patrimônio que faz parte da sua própria história. Nesse sentido, a educação patrimonial aproxima o patrimônio das pessoas, fortalecendo a identidade e memória de um povo.

No artigo produzido por Lays Delile Souza dos Santos (2024) retrata a relação que o museu desempenha na educação patrimonial, como fruto científico e seu impacto social.

Os museus históricos também desempenham um importante papel na promoção da educação patrimonial, no desenvolvimento do senso crítico e na formação de cidadãos conscientes de sua história e identidade, e o estímulo à pesquisa e produção científica, destacando a importância deles como centros de pesquisa e produção de conhecimento sobre a história e cultura local. (SANTOS, 2024, p. 11)

Desse modo, a educação patrimonial configura-se como uma ferramenta de alfabetização cultural que aproxima o indivíduo a compreender, desenvolver o senso crítico, a prática de valorização da herança cultural. Ao estabelecer essa aproximação favorece o reconhecimento o reconhecimento do patrimônio, consciência “da trajetória histórica-temporal em que está inserido” (Horta, 1999, p. 4). Através da comunicação e interação, estabelece conexões entre o indivíduo, o patrimônio e a sociedade, possibilitando a construção de sentidos, a construção deste diálogo entre passado e presente, de modo a fortalecer a educação patrimonial como prática educativa e social, pois resulta na troca de saberes.

A metodologia da educação patrimonial fundamenta-se em práticas educativas que se baseiam na identificação e interação de manifestações culturais e materiais, a realização dessas práticas permite a mediação entre o contato do público com o patrimônio, esse contato pode ser aplicado a qualquer evidência material, estimulando a observação, exploração, o ato de registrar, por meio de diferentes linguagens, percepções e interpretações construídas durante o processo educativo

A composição expográfica do Museu Palácio Olímpio Campos foi pensada de modo a articular o edifício histórico, acervo e o discurso museológico de modo a ser mediado. Os ambientes preservam elementos arquitetônicos originais, como salões, pisos, pinturas e mobiliário, que atuam como parte integrante da exposição do museu. A expografia organiza-se a partir de núcleos temáticos que abordam a história do palácio e figuras políticas, os períodos de governo, a vida política sergipana e as transformações do espaço ao longo do tempo, esses elementos permitem ao visitante estabelecer conexões entre o passado e o presente. Nesse sentido, a expografia assume papel fundamental na comunicação museológica, uma vez que orienta a leitura do espaço e favorece a compreensão do patrimônio como construção histórica e social.

Portanto, o museu passou por um extenso processo de planejamento e análise científica no âmbito patrimonial e educacional, contando com uma vasta equipe especializada. Destaca-se, nesse contexto, a historiadora Izaura, que assumiu o papel de organização e pesquisa acerca da história do museu, estando à frente das atividades desenvolvidas no Palácio durante o processo de restauração, iniciado em 2007. Até os dias atuais, a profissional continua exercendo seu trabalho na instituição e segue realizando pesquisas.

O palácio possui vinte e um espaços, sendo “composto por mobiliários datados do início do século XIX e XX, obras de arte plásticas e fotografias, além de prataria, louças, lustres, toalhas de mesa, tapeçaria, entre outros” (Santos, 2024, p. 15), destinados à visitação, sendo ela guiada por monitores instruídos, partindo da análise do roteiro de visitação, é organizado em uma sequência de salas que compõem um circuito expositivo, cronometrado dentro de um tempo estratégico para que todos possam visitar tranquilamente o espaço.

O palácio passa de uma narrativa histórica dos fatos, com o intuito de apresentar o contexto histórico do edifício, e com o objetivo de destacar a trajetória política do Estado de Sergipe e a atuação figuras importantes que moldaram a história política. Entre os episódios é composto o espaço Fausto Cardoso e Olímpio Campos, que evidencia um atrito político

severo que resultou em ambas mortes, tornando um dos acontecimentos mais marcantes da história política do Estado.

Dessa forma, a expografia do museu não se limita à exposição de objetos e ambientes, mas atua como instrumento de mediação histórica, possibilitando ao visitante compreender os processos políticos, os conflitos de poder e as transformações institucionais que moldaram o Estado. Assim, fortalece o caráter educativo e reflexivo do espaço museológico, permitindo que a sociedade tenha acesso à história política e social do Estado por meio de práticas educativas, exposições e mediações culturais.

### **O museu Palácio olímpio Campos e a Educação Patrimonial**

A experiência vivenciada no museu possibilitou compreender, na prática, como esse espaço se configura como um importante instrumento para a aplicação da educação patrimonial no ensino e aprendizagem da História de Sergipe. Para além de um local de exposição, o museu se apresenta como um ambiente educativo, capaz de promover reflexões sobre memória, identidade e pertencimento, aproximando o público de seu patrimônio histórico e cultural local. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas, a mediação dos monitores e a organização do roteiro de visita evidenciam o potencial pedagógico do museu enquanto recurso didático para o ensino de História.

Durante as vivências práticas na monitoria notou-se a relevância do museu e sua contribuição social, um espaço que conecta diferentes públicos, seja de fora ou local. Um ambiente dinâmico que não somente se trata do expositivo, que trabalha muito com a oralidade, conseqüentemente desperta mais ainda a curiosidade dos visitantes, tendo em vista que diversos relatos em que a visita guiada é promissora na comunicação entre o museu e o visitante, desenvolvendo um diálogo, possibilita uma melhor compreensão do espaço e sua história.

O museu se configura como instrumento mediador de informação, se constituindo de articulação de práticas, organização de saberes e “têm sua origem no hábito do ser humano de colecionar objetos por motivos materiais, culturais, científicos, entre outros” (Ibram, 2018), compreende-se que o museu nasceu da necessidade humana de guardar objetos significativos e dar sentido a eles, uma forma de preservar a lembrança do passado, e sua definição hoje é estabelecida pela International Council of Museums (ICOM), 2022:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

Hoje não é mais um ambiente de preservação, se constitui lugar educativo que utiliza de seus materiais sejam materiais e imateriais como ferramenta mediadoras de informação, aproximando o sujeito do conhecimento histórico, produzindo novas interpretações acerca do passado e instigando o pensamento crítico. Enquanto espaço de educação não formal, o museu possibilita experiências de aprendizagem que extrapolam os limites da sala de aula.

Nesse contexto, o museu ele se condiciona em um espaço educativo não formal e que produz o pensamento científico, “servindo como fonte de pesquisas e atuando na produção de saberes, tornando o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo, uma vez que o aluno passa a visualizar na prática as informações teóricas obtidas em sala de aula”( Prado, 2025). Nesse sentido, Prado nos aponta que o museu amplia as possibilidades de ensino ao articular teoria e prática, favorecendo a construção de conhecimentos críticos e contextualizados.

Ao se configurar como extensão fora da sala de aula, o museu se torna uma ferramenta muito importante, pois influencia permanentemente a maneira como os alunos passam a enxergar as gerações passadas e realizando o contato direto com os objetos, espaços e narrativas museais que favorecem o desenvolvimento sobre a importância da preservação histórica. É uma imersão cultural que possibilita a participação do aluno em espaços que antes eram apenas vistos em livros ou dialogada, promovendo uma aproximação que vai além do material didático.

No livro “Educação e Museus” é oportuno destacar um trecho que retrata a influência didática ao afirmar que “a conexão dos conhecimentos vistos no museu e as recebidas em sala de aula proporcionam aos alunos experiências únicas e muitas vezes até inesquecíveis” (Becerra Traver; Borges, 2021, p. 14), essa citação estabelece a ideia da interdisciplinaridade que é entendida como o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. O museu estabelece essa comunicação já que ele é constituído pela arte, arquitetura, história, geografia etc. São elementos que atuam no despertar da curiosidade, do questionamento e da construção de aprendizagens mais significativas.

Por tanto, a educação patrimonial constitui-se como um campo de práticas educativas voltadas para a valorização, preservação e ressignificação dos bens culturais, materiais e imateriais, que são referências fundamentais para a construção da identidade coletiva. No contexto do ensino de História, essa abordagem permite que o patrimônio seja trabalhado não apenas como vestígio do passado, mas como elemento vivo, além de promover a capacidade de reflexão sobre a memória.

O espaço museológico, em articulação com a educação patrimonial, constitui-se como um importante aliado na elaboração e desenvolvimento de atividades educativas, essas práticas fortalecem a aproximação do público com o espaço, colaborando na disseminação de informação cultural, através de práticas que são elaborados de acordo com aspecto institucional do museu que é definida pelo Conselho internacional de Museus (ICM), e o perfil do palácio é classificado como museu histórico,

Os museus de história devem promover a educação, o engajamento e a reflexão crítica sobre diferentes culturas, com a equipe técnica montando as exposições, oficinas, eventos e festivais, para promover e incentivar a participação ativa do público em no diálogo intercultural. (SANTOS, 2024, p. 11).

Ao destacar “promover a educação”, a citação ela colabora a compreender é que os espaço museológico que deve inserir dentro do seu contexto formas diferentes que não se limitem ao tradicional da transmissão de informações, mas que estimulem um novo olhar do conhecimento histórico e reforçando a capacidade científica que o museu pode produzir para além de seus acervos.

E a monitoria como prática educativa no Museu Palácio Olímpio Campos, se destaca como sendo fundamental para o funcionamento, pois seu planejamento técnico vai além da simples visualização de um espaço expositivo. Que por meio da mediação, o monitor estabelece uma ponte entre o público e o contexto histórico dos espaços trabalhados, contextualizando historicamente os objetos, os ambientes e as narrativas executadas no museu. Dessa forma, a visita deixa de ser apenas contemplativa e passa a ser uma experiência educativa, reflexiva e significativa.

Além disso, a monitoria contribui para a democratização do acesso ao conhecimento, uma vez que adapta a linguagem e a abordagem de acordo com o perfil dos visitantes, sejam eles estudantes, pesquisadores ou o público em geral. O trabalho do monitor possibilita a valorização do patrimônio histórico e cultural, estimulando o senso de pertencimento e a

preservação da memória coletiva. Assim, a monitoria museal assume um papel essencial no cumprimento da função social do museu, integrando educação, cultura e cidadania.

Medida que faz total diferença e amplamente reconhecida de forma positiva no palácio, já que as visitas ocorrem de forma guiada. Essa prática coloca em evidência a aplicação da educação patrimonial, através da contextualização e conseqüentemente possibilitando ao visitante uma leitura dos diferentes espaços que está sendo apresentado, é despertar a curiosidade em relação aos fatos históricos, a mobília antiga, objetos históricos e um mergulho cultural da região.

No palácio tem o espaço “Aracaju Inácio Joaquim Barbosa”, cujo ambiente traz uma maquete inaugurada no ano de 2004 e produzida pela arquiteta Ana Libório e juntamente com outros artistas, a qual contribui significativamente para compreender a região a qual o museu está inserido e o espaço tendo como “Objetivo, mostrar a capital de Sergipe”(Ramos, 2022, p.72), onde promove o diálogo do processo de formação da capital sergipana, trazendo curiosidades da época, noção espacial do tempo já que a maquete “retrata a Capital nos idos de 1920 a 1940”(Ramos, 2022, p.73), assim como imagens que mostra a primeira estrutura arquitetura do palácio, praças e prédio antigos.

Esses recursos possibilitam ao visitante visualizar a cidade de forma integrada, favorecendo a contextualização histórica e estimulando reflexões sobre as transformações urbanas ao longo do tempo, aspectos fundamentais para a prática da educação patrimonial. e o quanto importante é a contribuição museológica para conservação e valorização da história de Sergipe, ao proporcionar o reconhecimento do patrimônio cultural como elemento essencial para memória coletiva, além da análise dos processos de transformações.

Portanto, o museu ele contribui significativamente para compreensão do processo histórico de Sergipe, desde o período da província, resgatando a história do Estado com uma abordagem acessível e articulada com a temporalidade histórica, valorizando não só acontecimentos, mas também a importância de algumas figuras históricas importantes como o ex-governador Seixas Dória do período republicano. O palácio Museu Olímpio Campos, consolida-se como um espaço estratégico para estudo histórico, se tornando um uma fonte confiável de conhecimento sobre a história de Sergipe.

Uma vez que o acervo e as narrativas construídas no espaço museológico oferecem uma abordagem contextualizada dos processos históricos, políticos e culturais do estado. Nesse sentido, o museu atua como mediador entre o saber acadêmico e o saber social,

contribuindo para a formação crítica dos sujeitos e reafirmando seu papel enquanto instituição fundamental para a difusão e valorização da história local. Assim, considerado como uma fonte importante da história sergipana assim como outros locais, é bastante procurado com fins educativos.

Durante a pesquisa deste trabalho foram coletados depoimentos que contribuem e reforçam a compreensão do museu como uma extensão educativa e o quanto favorece a educação patrimonial, portanto, um dos entrevistados e ex-monitor Jeniclecio Fonseca de Jesus do Palácio museu Olímpio Campos destaca que:

Ao visitar ou trazer um grupo escolar para visitar o museu, o aluno ou visitante aprende de forma mais concreta o que ele leu nos livros. O contato com os objetos, as fotografias de governadores, as pinturas, a visita guiada por um educador explicando só enriquece mais esse conhecimento. Além do conhecimento histórico em si, é também um meio para criar sentimento de pertencimento e de preservação dos espaços e objetos históricos. (JESUS, 2026)

Este primeiro depoimento evidência a importância da visita aos museus, promove e produz o aprofundamento do conteúdo histórico e culturais locais, novas formas de interação com o conhecimento histórico já que se manifesta através de visualização além do que é mostrado nos livros didáticos. Por meio da educação patrimonial, estabelece uma ponte de mediação através da monitoria, isto só fortalece mais ainda o conhecimento que já é produzido dentro da sala de aula com a experiência no espaço museal.

O espaço museal possibilita experiências que vão além da mediação, que é o caso do depoimento da monitora do palácio Camilly Kely dos Santos Silveira, diante sua observação revela o quanto o museu se afirma como um local educativo.

Certa vez, levei uma turma (creio que era do 9º ou ensino médio) e, em conversa com ele, me disse que a visita foi muito importante, agradeceu pela monitoria e também explicações por fora que eu dei sobre a cidade de Aracaju e o Estado. Disse que aquilo o despertou para pesquisar mais, entender nossa história e cultura, conhecer lugares, costumes e pessoas. (SILVEIRA, 2026)

Essas experiências evidenciam o potencial do museu como um espaço de aprendizagem significativa, capaz de despertar o interesse pela pesquisa, ampliar a compreensão histórica e estimular a valorização da cultura local. Ao ultrapassar os limites da exposição tradicional, o museu se consolida como um ambiente educativo dinâmico, que

promove reflexões críticas e contribui para a formação de sujeitos mais conscientes de sua história e de seu patrimônio cultural.

Diante exposto, ambos depoimentos demonstram a capacidade que o museu possibilita na articulação da prática e teoria, reforçando o seu papel como espaço fundamental para educação patrimonial e reafirmando sua função educativa no processo de ensino e aprendizagem, a exemplo do Palácio Museu Olímpio Campos. Essa perspectiva evidencia que a valorização desses espaços constitui uma responsabilidade coletiva, uma vez que representam patrimônios fundamentais da humanidade, por preservarem e comunicarem a história para além dos conteúdos registrados nos livros e cadernos de história, pois espaços contribuem para uma compreensão mais sensível e concreta da história, estimulando o reconhecimento, o respeito e a preservação do patrimônio cultural pelas gerações presentes e futuras. Destaca-se, ainda, a necessidade de maior incentivo institucional às visitas a esses locais contribui para o fortalecimento da educação patrimonial e a preservação desses bens culturais.

### **Considerações Finais**

A partir das discussões apresentadas ao longo deste trabalho, foi possível compreender o Palácio Museu Olímpio Campos não apenas como um espaço de preservação do patrimônio histórico, mas como um ambiente educativo não formal de grande relevância para o ensino e a aprendizagem da História de Sergipe. A análise do Palácio evidenciou como os bens materiais e imateriais ali que se encontram preservados atuam como mediadores do conhecimento histórico, favorecendo reflexões sobre memória, identidade e pertencimento.

As experiências vivenciadas durante as visitas ao museu demonstram que a educação patrimonial, quando articulada à prática educativa, possibilita uma aprendizagem mais significativa, despertando nos estudantes o interesse pela pesquisa, pelo reconhecimento da história local e pela valorização do patrimônio cultural. Os depoimentos e observações realizadas reforçam o papel do museu como extensão da sala de aula, capaz de instigar o pensamento crítico e a construção de novas interpretações sobre o passado, já que com base em relatos e depoimentos reafirmam a contribuição da educação museal.

Nesse sentido, o museu se consolida como um importante aliado do ensino de História, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes de sua realidade histórica e

cultural. Ao aproximar o estudante de sua própria história, o espaço museológico promove não apenas o acesso à informação, mas também o fortalecimento dos vínculos com a cultura local. E essa aproximação não se dá somente com estudantes, mas também pela composição da comunidade local e visitantes, o espaço possibilita a compreensão da história do estado sergipano.

É de extrema importância a valorização e preservação de museus, são espaços que consistem na conservação da memória histórica coletiva de um local, possui em sua estrutura fragmentos do passado e atuam na salvaguarda desses patrimônios, garantindo acesso ao conhecimento acerca da história da humanidade em diferentes contextos e territórios. Além de ser um transmissor de conhecimento, sua existência se torna uma fonte viva e uma eterna pesquisa, já que protege acervos materiais e imateriais, e garantir sua continuidade é direito das gerações presentes e futuras.

Outro fator importante é a transformação de espaços históricos em museus, que conforme Maria Cristina Bruno a musealização consiste em um processo que possibilita a preservação, a comunicação e a valorização dos bens culturais, ao atribuir-lhes novos significados sociais e educativos, fortalecendo a relação entre patrimônio, memória e sociedade, pois para ela:

Dessa forma, pode-se compreender que patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações. (BRUNO, 1999, p. 9)

O Palácio Museu Olímpio Campos é fruto das relações estabelecidas pelos homens ao longo do tempo, desde sua trajetória histórica, que preserva a história do Estado desde o início de sua formação. Sua arquitetura imponente, com detalhes que enriquecem ainda mais a história por trás daquele lugar, bem como sua mobília antiga, contribuem para a construção do imaginário de um tempo que já se passou. Da mesma forma, os objetos que compõem esses espaços, hoje considerados elementos raros do passado, completam o ambiente museal e despertam o interesse de quem o visita, além de embelezar o olhar e reforçar o valor histórico e cultural da região.

A valorização do palácio e seu reconhecimento histórico possibilita a reflexão acerca preservação de espaços que hoje se encontram abandonados, espaços que se encontram à margem do esquecimento e que carregam uma bagagem histórica imensa, que fomentaria mais ainda a história de Sergipe em sua memória, identidade e cultura. Nesse contexto, surgem lacunas que podem ser

preenchidas por meio da contribuição educacional, uma vez que existem diversas possibilidades de atuação a partir da ressignificação desses espaços, a exemplo do Palácio Museu Olímpio Campos.

Nesse contexto, surgem lacunas que podem ser exploradas em futuras pesquisas, especialmente sobre espaços históricos ainda desativados ou abandonados, cuja preservação poderia contribuir significativamente para a valorização da memória, identidade e cultura de Sergipe. A reflexão sobre o papel desses locais evidencia a importância de políticas públicas e iniciativas educativas que garantam o acesso à história e a continuidade da educação patrimonial, reafirmando o papel do museu como espaço de aprendizagem, reflexão e ressignificação cultural.

## Referências

BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. 63 p. ISBN 9788573342505.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da arqueologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de (Org.). **Entre o esquecer e o preservar: a musealização do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2017. 332p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: Ibram, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-daPNEM.pdf>. Acesso em: 05 janeiro. 2026. [ Links ]

JESUS, Jeniclecio Fonseca de. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2026.

LIMA, Edilio José Soares. **Lugares da memória: potencialidades do patrimônio material da cidade de Aracaju (SE) para a educação patrimonial**. 2015.

Prado, Ivone Griti Medeiros . **O museu como espaço educativo não formal: contribuições para a formação cultural e social.**.. International Integralize Scientific. v 5, n 46, Abril/2025 ISSN/3085-654X

RAMOS, Isaura Júlia. **PMOC: Caderno de Estudo Palácio Museu Olímpio Campos** — Coordenadora de educação e pesquisa, Aracaju: datilografada, 2022. Acesso em: 17. janeiro 2026.

SANTOS, Lays Delile Souza dos. **Comunicação museológica em museus históricos: análise da expografia do Palácio Museu Olímpio Campos.** 2024.

SANTOS, Melânia Lima et al. **Os onomásticos em documentos da freguesia de São Cristóvão quando pertencente à província eclesiástica da Bahia.** 2015.

SERGIPE. **Lei nº 6.874, de 11 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação do Palácio-Museu Olímpio Campos e dá providências correlatas.** Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, n. 25.917, 15 jan. 2010.

Silveira, Camilly Kely dos Santos. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2026.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Um olhar sobre a nova capital.** 26 maio 2013. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-de-sergipe/historia-de-sergipe-ii/um-olhar-sobre-a-nova-capital/111047930>. Acesso em: 06. dezembro 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Palácio Museu Olímpio Campos: um pedaço da história de Sergipe.** Fotografia UFS, 01 nov. 2010. Disponível em: <https://fotografiaufs.blogspot.com/2010/11/palacio-museu-olimpio-campos-um-pedaco.html>. Acesso em: 12 janeiro. 2026.